

ASSOCIAÇÃO EMPÍRICA ENTRE VARIÁVEIS DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E O IDH-M: estado da arte de pesquisas dessa natureza no Brasil

Fábio de Souza Alves
Especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Administração (FAAD) da Universidade Federal do Pará
fabioalves2013@hotmail.com

Louisi de Sousa Alves
Especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Administração (FAAD) da Universidade Federal do Pará
louisi.cont@hotmail.com

José Augusto Lacerda Fernandes
Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade
lacerda.fernandes@gmail.com

RESUMO

Motivado pelas interfaces existentes entre fatores econômico-financeiros e questões ligadas ao desenvolvimento humano, este estudo investigou o estado da arte das pesquisas que tratam das Associações de variáveis entre Arrecadação Municipal e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Para tanto, realizou-se uma análise sistemática da produção científica brasileira em todos os periódicos *WebQualis*, com o intuito de identificar: os autores que mais têm produzido sobre o tema, a classificação *WebQualis* da revista de publicação dos artigos, os objetivos de pesquisa, as metodologias utilizadas, os principais resultados e contribuições das mesmas. Apesar do esforço de pesquisa empreendido, encontrou-se volume restrito de artigos que tratam diretamente da associação de Arrecadação Municipal e o IDH-M, cujos conteúdos permitem observar que a integralidade dos trabalhos se utilizou de modelos estatísticos para aferir a existência de associação. Fato esses que, conjugados sinalizam a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: Arrecadação Municipal. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência do processo de implantação da administração pública moderna, paradigmas burocráticos e patrimoniais dão lugar às mudanças institucionais acontecidas desde a reforma gerencial da década de 1990. Segundo Bresser-Pereira (2000), tal reforma desencadeou desenvolvimento e a valorização de competências essenciais, assim como a busca da eficiência como princípio norteador da administração pública são símbolos de uma administração voltada para o futuro.

A busca de modelos modernos e eficientes de atuação estatal direciona o setor público a fortalecer parcerias com o setor privado, transferindo-lhe responsabilidades de execução de serviços públicos. Práticas como a publicização, que consiste na transferência da gestão de serviços e atividades não exclusivos do Estado, vêm se intensificando nos últimos anos, o que demonstra que o Estado vem repassando gradativamente a prestação de serviços que não seja de sua oferta exclusiva para outros setores. Salm (2014) conceitua

essas práticas como “coprodução de serviços públicos”, do qual participam o aparato Estatal, as organizações privadas e o terceiro setor, além dos arranjos comunitários e os cidadãos. Assim, todas as ações promovidas por esses setores da sociedade convergem no sentido da promoção do bem estar social.

O arranjo constitucional de repartição de competências de prestação de serviços públicos entre a União, Estados e Municípios norteou-se à luz do princípio da predominância do interesse¹, o qual reservou à União, Estados e Municípios ofertar serviços de interesse predominantemente nacional, regional e local, respectivamente, além de algumas competências cujas atribuições foram comuns a todas as esferas de governo.

Educação infantil, transporte coletivo e coleta de lixo são exemplos de serviços a serem prestados pelas prefeituras à coletividade local, cabendo à gestão pública municipal a tarefa de ofertar tais serviços de maneira adequada². A forma de mensurar o nível de adequação ou de efetividades dos serviços prestados é uma tarefa que vem sendo aperfeiçoada com os contínuos estudos e adaptações feitas aos indicadores sociais, que são as métricas de análise de gestão. Assim, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), adaptação realizada ao IDH como artifício de mensurar o desenvolvimento humano a partir de cada realidade local, segundo o PNUD Brasil, IPEA e FJP (2013).

Em âmbito municipal, além dos recursos próprios, os gestores contam com transferências constitucionais e legais realizadas pelos Estados e pela União. Segundo Soares, Gomes e Toledo Filho (2011), o ente político necessita de recursos para cumprir suas funções básicas e implantar seus programas e ações sociais, sendo tais atividades desenvolvidas por meio de receitas públicas. Assim, a maior arrecadação municipal proporcionará melhores serviços à sociedade, que refletiria na qualidade de vida expressa por meio dos indicadores sociais, conforme se depreende abaixo:

A hipótese mais provável, conforme supõem nossos governantes ao incluir os parâmetros das transferências na Constituição Federal, é que o grupo de municípios que receber mais recursos de participação na distribuição da arrecadação do ICMS³ apresentará melhoria em seus níveis de IDH-M, o que representa melhor bem estar da sociedade (GALLO *et al.*, 2012, p. 2).

Entretanto, análise realizada por Crozatti, Coelho e Silva (2015, p. 6) demonstra que: “os recursos financeiros de grande parte dos municípios brasileiros não influenciam de forma determinante o padrão do serviço prestado, bem como a melhora em indicadores de qualidade de vida, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M”, demonstrando a discrepância entre a receita corrente per capita e o bem-estar dos cidadãos nos municípios brasileiros, que é reforçado por Gallo *et al.* (2012), ao afirmarem que não se pode afirmar que houve incremento no IDH-M dos municípios que receberam significativos volumes de ICMS.

A relação indireta apontada acima entre a arrecadação e os indicadores evidencia que há deficiências nos processos de exploração e/ou transformação nos municípios. Campello (2003) vinculou tais processos aos conceitos de eficiência municipal, que é composta com base na “eficiência de exploração”, medida pela arrecadação municipal e “eficiência de transformação”, mensurada por meio dos indicadores sociais. Diante disso, faz-se necessário tentar entender o porquê de não haver essa relação proporcional direta entre arrecadação e indicador social. Crozatti, Coelho e Silva (2015) apontam que esses fatos

podem estar relacionados ao mau uso do dinheiro público, associado à corrupção sistêmica e irresolúvel que assola a administração pública brasileira.

Mediantes tais apontamentos, objetivo principal desta pesquisa foi verificar o estado da arte referente à associação entre variáveis vinculadas à arrecadação municipal e ao IDH-M no contexto da produção científica brasileira, com a finalidade de auxiliar a compreensão de como essa área é vista e estudada por acadêmicos e pesquisadores em âmbito nacional. Para tal, além da introdução (capítulo 1) e da conclusão (capítulo 5), este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O segundo capítulo apresenta tópicos sobre os “Indicadores Sociais e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)” e sobre as Fontes de Recursos dos Municípios. A metodologia aplicada está descrita no terceiro capítulo e a apresentação e análise dos resultados alcançados por meio da pesquisa são informados no capítulo 4.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INDICADORES SOCIAIS E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

Os indicadores sociais permitem avaliar os efetivos resultados alcançados pelas ações governamentais, constituindo ferramenta primordial na gestão pública e para a comunidade acadêmica, conforme o excerto abaixo:

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2009, p. 22).

Ainda segundo Jannuzzi (2009, p. 22): “por constituírem um recorte da realidade social, os indicadores sociais são elaborados por meio de modelos simplificados que levam em consideração as dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da sociedade”. Segundo Moura e Sauer (2009), o PIB *per capita*⁴, até meados do século XX, constituía-se no mais importante indicador social, porque se entendia que tal parâmetro econômico refletiria de forma apropriada os padrões de qualidade de vida dos indivíduos. Entretanto, tal medida foi colocada em xeque posteriormente, como apontado abaixo:

Os níveis crescentes de desemprego nos países desenvolvidos a partir da década de 1960, e o descompasso entre crescimento econômico e outras variáveis do bem estar social – como os níveis educacionais, de saúde e infra-estrutura urbana – colocaram em questão a eficiência da medida PIB per capita para mensuração da qualidade de vida, abrindo espaço para novas abordagens de mensuração mais apropriadas aos aspectos multidimensionais do problema (MOURA e SAUER, 2009, p.115).

Nesse contexto de necessidade de refletir perspectivas sociais além daquelas conseguidas pelo PIB, é que surge o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – com uma nova abordagem de análise de desenvolvimento humano, voltando-se diretamente às pessoas, suas oportunidades e capacidades.

O conceito e a medida de desenvolvimento humano foram apresentados no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano⁵ do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento, em 1990. Criado pelo economista paquistanês Mahbubul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, Nobel de economia em 1998, o IDH consiste em uma medida sintética e geral do desenvolvimento humano aglutinada em três dimensões: longevidade, conhecimento e nível de vida digno, conforme apontado abaixo:

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento, e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia (PNUD Brasil, IPEA e FJP, 2013, p. 14)⁶.

Moura e Sauer (2009) apontam como vantagem do IDH o seu custo aceitável, haja vista o número de variáveis relativamente pequenos, o que torna sua coleta menos onerosa em comparação a indicadores mais complexos. A historicidade foi outro aspecto positivo apontado por Moura e Sauer (2009, p. 121); para os autores tal atributo: “[...] permite a comparação entre diferentes recortes temporais e o monitoramento de tendências de evolução ou regressão nos níveis de desenvolvimento humano dos países”.

Entre as críticas ao IDH, encontramos os apontamentos de Veiga (2003) referente à natureza distinta de suas variáveis, o que poderia resultar em um indicador final sem sentido. Há também ao IDH, assim como aos demais indicadores sintéticos (compostos), críticas sobre a forma de aglutinação de variáveis como a apontada por Moura e Sauer (2009, p.127): “[...] o uso da média não permite a percepção de disparidades entre diferentes grupos componentes de seu cálculo”. Outro ponto é a limitação das dimensões captadas pelo indicador, conforme a citação abaixo:

Embora se aceite a ausência de outras dimensões do desenvolvimento, para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade (SILVA, 2009, p. 2).

Ademais:

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate. (PNUD Brasil, 2015, p. 10).

Assim, o PNUD⁷ incentiva o uso do IDH em níveis subnacionais, com abordagens mais adequadas às necessidades locais. Assim, os países podem inovar, substituir ou adicionar novas dimensões aos componentes do IDH global aos subnacionais⁸. No âmbito municipal brasileiro, foi elaborado o IDH-M (IDH Municipal), com a metodologia do IDH global, adequando-se ao contexto e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Segundo o PNUD Brasil, IPEA e FJP (2013), os objetivos das atualizações são ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores e aos indicadores disponíveis nos censos

demográficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios brasileiros. O Quadro 1 contém a composição de cada dimensão do IDH-M.

Quadro 1. Dimensões Utilizadas na Metodologia do IDHM – 2013.

DIMENSÃO	CONCEITO
Vida longa e saudável	Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.
Padrão de vida	É medido pela renda municipal <i>per capita</i> , ou seja, a renda média dos residentes de determinado município.
Acesso a conhecimento	É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação.

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP, (2013).

Segundo o PNUD Brasil, IPEA e FJP (2013), o IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo da unidade, maior o desenvolvimento humano de um município. As faixas de Desenvolvimento Humano são: muito baixo (0 - 0,499), baixo (0,500 – 0,599), médio (0,600 – 0,699), alto (0,700 – 0,799) e muito alto (0,800 – 1).

2.2 FONTES DE RECURSOS MUNICIPAIS

No atual panorama do sistema normativo brasileiro, a composição dos recursos municipais são basicamente as receitas tributárias de suas competências, as transferências constitucionais, legais, voluntárias, royalties advindos por meio da CFEM⁹, além das compensações amparadas por meio da Lei Kandir¹⁰.

A competência tributária municipal decorre do princípio pétreo do federalismo, com amparo no artigo 1º da carta Magna. No plano de gestão fiscal das pessoas políticas da federação, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece por meio do *caput* do seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais de responsabilidade da gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos cuja competência foi atribuída a cada ente pela Constituição da República de 1988.

Segundo Sabbag (2011), para os entes políticos municipais, o texto constitucional atribuiu duas classificações de competências legislativas tributárias, quais sejam: privativa e a comum. À luz da competência privativa, os municípios podem criar os impostos exclusivamente atribuídos a eles conforme disposto no artigo 156:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (BRASIL, 1988).

Ainda para Sabbag (2011), incluem-se na competência privativa municipal o poder para a criação de outros tributos, diversos dos impostos, como as contribuições sociais para custeio do

Sistema de Previdência e Assistência Social de seus próprios servidores com previsão no § 1º do artigo 149 da Constituição Federal e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP ou COSIP), prevista no artigo 149 – A.

Quanto à competência municipal comum, Sabbag (2011) aponta que a Constituição não indicou exclusivismo a qualquer dos entes políticos e sim vincula suas exigências à contraprestação específica do ente que impor os gravames, que podem ser taxas ou contribuições de melhorias. Além das fontes de receitas em comento, os entes municipais desfrutam de transferências federais e estaduais que podem ocorrer de forma direta ou indireta, conforme o seguinte apontamento:

[...] as transferências tributárias constitucionais da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios podem ser classificadas em transferências diretas (repasso de parte da arrecadação para determinado governo) ou transferências indiretas (mediante a formação de Fundos Especiais). No entanto, independentemente da modalidade, as transferências sempre ocorrem do governo de maior nível para os de menores níveis, quais sejam: da União para Estados e Distrito Federal; da União para Municípios; ou dos Estados para Municípios (SABBAG, 2011, p. 550).

Constituem exemplos de transferências indiretas realizadas pela União o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹¹ e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB)¹².

No que tange às transferências diretas estaduais, cita-se os repasses de quotas-parte do ICMS e do IPVA¹³, realizados pelos estados aos municípios. Segundo o inciso IV do art. 157 da Constituição Federal, 25% da arrecadação do ICMS será repassada aos municípios da seguinte forma: três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios e até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual. Ainda segundo a Carta Magna, há uma divisão equânime sobre total receita do IPVA, sendo que 50% permanecem com o estado-membro arrecadador e os outros 50% são destinados ao município onde o veículo está registrado.

Na seara federal de transferências, o Imposto de Renda Retido na Fonte pelos municípios, suas autarquias e fundações constitui-se em transferência direta haja vista que a União tem o dever de repassar tais recursos aos respectivos municípios nos quais houve o recolhimento, conforme dita o inciso I, art. 158 do texto Constitucional. Ademais, a quota-parte do ITR¹⁴ e os repasses de convênios recebidos pelos municípios também constituem transferências diretas. Segundo o inciso II, art. 158 da Constituição, do total de ITR arrecadado pela União, 50% é repassado aos municípios, relativamente aos imóveis situados em seu território. Todavia, tal percentual pode chegar a 100%, desde que o município se dedique às atividades de fiscalização e cobranças do tributo, quando demonstrado o interesse municipal viabilizado por meio de delegação da capacidade tributária ativa. Sabbag (2011) aponta a nítida função extrafiscal do ITR argumento que tal gravame é um importante instrumento de política agrária e de combate a latifúndios improdutivos, consistindo em fomento à reforma agrária e a consequente distribuição de terras no país. Os recursos recebidos dos convênios figuram com transferências voluntárias porque são frutos de acordos ou ajustes de cooperação realizada pelos entes.

Outro imposto diretamente transferido pela União aos municípios é IOF¹⁵ sobre ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, cujo 70% da arrecadação será fatiado com os municípios em que houver a extração do metal, proporcionalmente. Ademais, são transferências recebidas pelos municípios as oriundas do IPI¹⁶ REPARTIDO e CIDE¹⁷-Combustível REPARTIDA, com respectivamente 2,5% e 7,25% do

total arrecadado com tais gravames. Sabbag (2011) também aponta que o IOF, IPI e a CIDE são tributos revestido de extrafiscalidade, haja vista suas capacidades de estimular ou inibir condutas, finalidades não meramente arrecadatórias.

As transferências têm a finalidade de equilibrar as competências tributárias com as prestações de serviços à sociedade. A diferença entre essas competências gera o que Veloso (2008) denominou “Hiato Fiscal”, ou seja, a incompatibilidade entre a arrecadação dos governos subnacionais e sua real necessidade de gasto público. Nesse caminho, há o seguinte apontamento:

As transferências intergovernamentais possuem uma importância fundamental em um regime federativo, por serem um instrumento que possibilita corrigir as desigualdades socioeconômicas inter-regionais, dando, principalmente aos municípios menores, mais condições de fornecerem bens e serviços públicos à população local (MASSARDI; ABRANTES, 2015, p. 7).

Para Sales (2010), a cota-parte do ICMS representa a maior transferência em volume de fluxo financeiro do sistema fiscal nacional, com 20,31% do total de transferências. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) conta com a segunda posição, com 14,24% volume de recursos transferidos. O Quadro 2 evidencia as fontes de recursos municipais decorrentes do texto constitucional.

Quadro 2. Fonte de Recursos Municipais.

Competência Privativa: IPTU, ITBI, ISS, COSIP e Contribuição Previdenciária.	Transferências da União: Quota-parte FPM, Quota-parte ITR, IOF-Ouro, IRRF, IPI- Repartido, CIDE-Combustível repartida, FUNDEB, Transferências voluntárias – convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
Competência Comum: Contribuição de Melhoria e Taxas.	Transferência do Estado: Quota-parte ICMS, Quota-parte IPVA, Transferências voluntárias – convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Fonte: os autores, com base na Constituição Federal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho consiste em uma revisão sistemática que tem por finalidade a análise do campo de pesquisa pertinente à literatura sobre a associação de *proxies* ligadas à arrecadação municipal com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), investigando o estado da arte sobre o tema em âmbito nacional.

Tendo por base o trabalho de Santos e Finger (2015), esta pesquisa foi realizada em duas etapas: *i*) Busca de artigos e *ii*) Análise sistemática da literatura encontrada.

A busca de artigo foi realizada inicialmente por meio das plataformas de buscas de periódicos científicos *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), por meio domínio www.spell.org.br e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), por meio do domínio www.scielo.org. Nos campos de destinados às pesquisas dos referidos sites foram inseridos os seguintes termos: “arrecadação/fonte de recursos/transferência”, “IDH”, “IDH-M”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência IDH”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência municipal IDH”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência IDH-M”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência municipal IDH-M”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência Índice de Desenvolvimento Humano”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência municipal Índice de Desenvolvimento Humano”, “arrecadação/fonte

de recursos/transferência Índice de Desenvolvimento Humano Municipal”, “arrecadação/fonte de recursos/transferência municipal Índice de Desenvolvimento Humano Municipal”.

Adicionalmente, realizou-se pesquisa na plataforma Lattes, no campo “Busca de currículo Lattes”, realizada por “assunto” (título ou palavra chave da produção), com a finalidade de ratificar a produção por autores e encontrar eventuais trabalhos realizados e não inseridos nas plataformas SPELL e SciELO. Os termos inseridos nesta etapa de busca de artigo foram os mesmos realizados nas plataformas SPELL e SciELO.

A pesquisa não foi realizada com limitação de escopo referente aos critérios de classificação de níveis QUALIS, tampouco houve limitação temporal de pesquisa. Assim foram considerados todos os periódicos com classificação *WebQualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quais sejam: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Conforme se depreende abaixo, análise sistemática da literatura inicialmente teve um enfoque qualitativo:

A abordagem é considerada quantitativa quando descreve o perfil das publicações científicas acerca do tema por meio da contagem de ocorrências. Ao analisar os periódicos, artigos, autores e palavras-chave, adotou-se uma abordagem quantitativa (ENSSLIN *et al.*, 2014, p. 10).

A análise inicial recaiu sobre os seguintes elementos: I) Título, II) Autor III) Periódico, IV) Problema, V) Hipóteses ou Questões Norteadoras de pesquisa, VI) Problema e VII) Objetivos. Nesta etapa, foi encontrado um universo diminuto com 5 (cinco) artigos que tratam diretamente do tema ou que o tangenciam, referenciando ou investigando, independentemente de sua centralidade ou não no artigo.

Conforme Ensslin *et al.* (2014, p. 10), “A pesquisa qualitativa é aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade”. Assim, realizou-se uma análise textual em cada um dos cinco artigos encontrados (REZENDE, SLOMSKI e CORRAR (2005), SCARPIN e SLOMSKI (2006), SCARPIN e SLOMSKI (2007), SCARPIN e BOFF (2008) e GALLO *et al.* (2012)) com a intenção de compreender as bases teóricas sobre as quais os trabalhos foram realizados, identificando se as variáveis empíricas de pesquisa utilizadas estão fundadas epistemologicamente. Outra análise feita foi sobre as abordagens metodológicas de cada trabalho, comparando-as e verificando suas consistências com o tema. Além disso, foram verificados os principais autores e aqueles que receberam mais citações, os *locus* que mais se aplicaram às pesquisas, além das conclusões e sugestões.

A categorização dos trabalhos foi do tipo *a posteriori*, que segundo Santos e Finger (2015), é aquela elaborada após a análise material dos textos e que devem ser construídas levando em consideração a orientação teórica e o objetivo da pesquisa. Posteriormente, foi verificado o fator de impacto de cada periódico nos quais os trabalhos foram publicados. Tal verificação foi realizada por estratos de classificação adotados pela CAPES, por meio da plataforma Sucupira.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram coletados apenas cinco trabalhos que se ativeram em pesquisar a relação de associação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a arrecadação. Frisa-se que a expressão “arrecadação” não se refere apenas à receitas oriundas da própria

administração municipal, como receitas de IPTU¹⁸ por exemplo, e sim a todas as possibilidades de obtenção de recursos que, direta ou indiretamente, possam vir a influenciar no desenvolvimento humano municipal.

Outro ponto a ser destacado é que na seleção dos trabalhos foram desconsiderados artigos capturados na busca inicial que tiveram o mesmo escopo de pesquisa, porém com uso de outros indicadores sociais sintéticos. No Quadro 3 abaixo estão relacionados alguns artigos desconsiderados e os indicadores aos quais se ativeram a pesquisar:

Quadro 3. Pesquisas desconsideradas e os indicadores estudados.

REFERÊNCIA	TÍTULO	INDICADOR
SCHLINDWEIN, CARDOSO e SHIKIDA (2014)	Evolução dos Indicadores de desenvolvimento socioeconômicos nos municípios paranaenses que recebem <i>royalties</i> da Itaipu Binacional.	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS), criado na pesquisa.
MASSARDI e ABRANTES (2015)	Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: Um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais.	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), do sistema FIRJAN (Federação da Indústria do estado do Rio de Janeiro).
RODRIGUES <i>et al.</i> (2008)	Análise dos indicadores socioeconômicos dos municípios mineradores e não-mineradores do Estado de Minas Gerais.	Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), da FJP (Fundação João Pinheiro, vinculada à Secretaria de Estado e Gestão de Minas Gerais).
BRUNOZI JUNIOR <i>et al.</i> (2011)	Efeitos das transferências intergovernamentais e arrecadação tributária sobre os indicadores sociais da saúde e educação em Minas Gerais.	Indicadores de Saúde e educação obtidos no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INEP (Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e Sistema Único de Saúde – DATASUS.
GOUVÊA, FARINA e VARELA (2009)	Avaliação de Indicadores Socioeconômicos dos Grupos 1 e 5 de Municípios Paulistas com o uso de Análise de Regressão Logística.	Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

A totalidade das pesquisas coletadas sobre o tema se apoiou em métodos e técnicas estatísticas multivariadas como meio de obtenção de suas conclusões. O Quadro 4 evidencia essas métricas estatísticas utilizadas, suas variáveis, além dos objetivos de cada pesquisa:

Quadro 4. Objetivos de pesquisa e Metodologia utilizada nos artigos coletados.

REFERÊNCIA	OBJETIVO	METODOLOGIA
REZENDE, SLOMSKI e CORRAR (2005)	Investigar, empiricamente, os fatores condicionantes entre as políticas públicas (investimentos públicos) e o Índice de Desenvolvimento humano (IDH-M).	Técnicas de Análise Multivariada: Análise Cluster para agrupar municípios por nível de IDH/Regressão Logística: variável dependente (IDH); variáveis independentes econômicas e sociais (investimentos permanentes em despesas correntes, despesa de capital e o volume de receita tributária dos municípios, população, densidade demográfica e distância do município em relação à capital).

SCARPIN e SLOMSKI (2006)	Analisar fatores contábeis condicionantes do IDH-M na dimensão renda.	Técnica de Análise Multivariada: Análise de Regressão Método de Análise de modelos: <i>Stepwise</i> - Variável dependente - IDH-M Renda do ano de 2000; Variáveis independentes - IDH-M e IDH-M Longevidade dos anos de 1991, População Rural e Receita Tributária no ano de 2000, Despesa com Agricultura no ano de 1997, Despesas com Juros e Encargos da Dívida no ano de 1998 e Saúde e Saneamento no ano de 1997.
SCARPIN e SLOMSKI (2007)	Apontar uma modelagem matemática para investigar o valor futuro do IDH-M, com base em dados contábeis atuais e outras variáveis.	Técnica de Análise Multivariada: Análise de Regressão – foram realizados três modelos: o primeiro contemplou o IDH-M como variável dependente e as demais como independentes; o segundo apresentou uma regressão para cada dimensão (educação, renda e saúde); já no terceiro foi obtida equação considerando as médias aritméticas entre as equações das três dimensões. Variável dependente: baseada nos valores do IDH-M do ano 2000. Variáveis independentes: Financeiras – Receitas e Despesas Públicas de 1997 a 2000. Não financeiras – IDH-M de 1991 em todas as suas dimensões, altitude, densidade demográfica em 2000, distância à capital, população rural nos anos de 1991 e 2000, população urbana nos anos de 1991 e 2000 e taxa de variação da população total entre os anos de 1991 e 2000.
SCARPIN e BOFF (2008)	Apontar o relacionamento existente entre variáveis relacionadas a níveis e distribuição de renda e a esperança de vida ao nascer.	Técnica Estatística: Regressão Linear Múltipla – <i>Método Stepwise</i> . Variáveis dependentes – IDH-M educação e IDH-M renda. Variáveis independentes (grupos) – Origem da fonte de renda, renda <i>per capita</i> , indicadores de distribuição de renda, intensidade de pobreza, entre outras, perfazendo um total de 78 variáveis, além de duas variáveis binárias para diferenciação dos estados da região sul do Brasil.
GALLO <i>et al.</i> (2012)	Verificar se a distribuição da arrecadação do ICMS promoveu melhoria no IDH-M.	Técnica de Estatística multivariada: Análise de <i>Cluster</i> . Variáveis utilizadas: IDH-M (variáveis das dimensões renda, educação e esperança de vida ao nascer), Repasses da quota-parte do ICMS aos municípios, Pagamentos efetuados pelo INSS a título de aposentadorias e pensões, FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e Índice de Gini.

Fonte: Adaptado de Santos, F. H. R. e Finger, A. B. (2015).

Por meio do uso limitado encontrado do IDH-M como ferramenta de estudos dessa natureza, infere-se que tal fato pode estar atrelado à periodicidade decenal de publicação, haja vista que tal indicador é apurado com base nos dados censitários coletados pelo IBGE, o que impossibilita a realização de estudos com comparações de séries anuais, a exemplo do que poderia ser feito com o uso do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), apresentado no Quadro 3 supra.

Conforme se observa do Quadro 4, os objetivos dos trabalhos concentraram-se na busca de regressores condicionantes do IDH-M, tentando prever ou estimar relações diretas ou indiretas de associações entre variáveis vinculadas, ou não, à arrecadação municipal quer diretamente com o IDH-M, ou indiretamente, por meio das suas três dimensões – renda, educação e saúde. Assim, utilizaram-se de metodologias empíricas com praticamente o mesmo objetivo geral: o de conjecturar o IDH-M como variável dependente e identificar variáveis independentes explicativas para os modelos sintéticos estatísticos adotados.

Jannuzzi (2002) afirma que qualquer sistema de ponderação de variáveis para criação de indicadores compostos pode ser questionável, e que certamente a pior entre as ponderações é aquela que deriva de alguma técnica de estatística multivariada. Assim, como

não é adequado o uso dessas técnicas para construção de indicadores, talvez não seja indicado o uso para as análises de variáveis que supostamente os explicariam. Nesse ponto, fazem-se dois questionamentos: É adequado o uso de modelos estatísticos com análises multivariadas para a identificação de variáveis condicionantes do IDH-M? Quais seriam as metodologias alternativas para tratamentos de dados em pesquisas dessa natureza?

Quadro 5 abaixo demonstra os principais achados das pesquisas:

Quadro 5. Resumo dos resultados e/ou das contribuições verificadas nos artigos.

REFERÊNCIA	RESULTADOS E/OU CONTRIBUIÇÕES
REZENDE, SLOMSKI e CORRAR (2005)	<p>Segundo os autores, os resultados obtidos por meio da regressão múltipla sugerem que o relacionamento entre investimentos públicos e o IDH não apresentam relacionamento linear. Por meio da <i>análise de cluster</i> foi averiguado que os municípios que realizaram maiores investimentos não necessariamente pertencem ao <i>cluster</i> de melhores Índices de Desenvolvimento Humano. Isso indica que há outros fatores que também estão associadas ao IDH, além dos encontrados na pesquisa. Ademais, a pesquisa demonstrou que é possível discriminar os municípios pelo volume de investimentos e variáveis socioeconômicas, sendo o “volume de investimentos” uma variável patente demonstrada no estudo. Os autores sugeriram que pesquisas futuras poderão adotar essa vertente de estudo relacionada aos investimentos públicos com a finalidade de fomentar a gestão social nos municípios brasileiros. A fim de que seja atingida a maximização da eficiência do desenvolvimento humano municipal.</p>
SCARPIN e SLOMSKI (2006)	<p>Segundo os autores, os resultados dos modelos estatísticos demonstram que para a previsão do IDH-M Renda foram encontrados mais variáveis contábeis do que não contábeis para a composição da equação global linear. Uma possível explicação para esse fato é que as variáveis contábeis estão mais relacionadas com as receitas e despesas municipais. As variáveis contábeis relevantes no estudo são: receita tributária do ano corrente, despesa de agricultura com defasagem de quatro anos, despesas e encargos da dívida com defasagem de três anos e despesa com saúde e saneamento com defasagem de quatro anos. Ademais, foram conclusões deste estudo, além da sugestão de verificar a congruência ou não dos resultados em outros estados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O IDH-M Renda futuro é fortemente influenciado pelo IDH passado, o que mostra que alterações no índice são possíveis apenas com planejamento de longo prazo. ▪ Municípios com alta população rural tem IDH-M menor dos que tem alta população urbana. Esse fato pode provocar êxodo rural. ▪ O comportamento do IDH é positivo em relação à receita tributária do ano corrente e a despesa com agricultura. Isso evidencia que quando há majoração da arrecadação da receita pública e nos investimentos na área agrícola, há um incremento positivo no IDH-M. ▪ As conclusões sobre a variável “juros e encargos da dívida” foram consideradas espúrias pelo fato de haver correlação positiva desta variável com o IDH-M. Atraiu-se isso a fatores externos ao estudo, a exemplo do porte da cidade.
SCARPIN e SLOMSKI (2007)	<p>Segundo os autores, a modelagem matemática foi alcançada e ficou demonstrado que as informações contábeis possuem relevância na determinação do IDH-M. Outro ponto destacado na pesquisa foi que as variáveis contábeis foram relevantes tanto pelo modelo de regressão direto ao IDH-M, quanto os feitos indiretamente por meio das dimensões renda, educação e saúde. Ademais, foram encontradas defasagens temporais quando da determinação do IDH-M futuro, sendo as mais comuns foram entre três e quatro anos, a depender da variável utilizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Variáveis que se relacionaram com o IDH-M: variáveis de IDH-M passado, distância em relação à capital, altitude, nível de população rural, receita tributária, despesa com pessoal, despesa com saúde e saneamento, investimento com saúde e investimento com comércio. <p>Por fim, os autores sugeriram que estudos fossem realizados nos demais estados</p>

	brasileiros com a finalidade de verificar a congruência dos resultados encontrados.
SCARPIN e BOFF (2008)	<p>Segundo os autores, os resultados das pesquisas mostram que municípios com renda <i>per capita</i> mais alta não trazem aumentos significativos na esperança de vida ao nascer, haja vista que as variáveis mostraram haver um impacto reduzido. Isso evidencia que a renda tem poder limitado no que tange à longevidade de um município. Outro ponto a se destacado é que a constante da equação apresentou um valor extremamente alto, recebendo praticamente toda carga do modelo de previsão. Ademais, foram destacados no trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na variável de “origem de fonte de renda”, quanto maior a proporção de recursos advindos de transferências de programas governamentais, menor a esperança de vida ao nascer. ▪ A <i>renda per capita</i> demonstrou relação positiva com a esperança de vida ao nascer. ▪ As variáveis relacionadas à intensidade de pobreza mostraram que as famílias com renda inferior a R\$ 75,00 tendem a ter uma esperança de vida menor em aproximadamente 20% que as demais. ▪ As variáveis binárias dos estados da região sul demonstraram que o estado do Paraná tem esperança de vida menor que os demais em 2 anos e que a maior esperança é do estado de Santa Catarina. <p>Por fim, sugeriu-se a realização de pesquisa nos demais estado da federação, além de pesquisa de causas não financeiras que limitam o poder da renda na esperança de vida.</p>
GALLO <i>et al.</i>	<p>Segundo os autores, as transferências de ICMS não influenciaram de maneira significativa no comportamento do IDH-M nos municípios analisados. As cidades que desfrutaram de maior índice de participação nas transferências de ICMS não foram as que tiveram maior incremento em seus níveis de IDH-M, sendo que as que tem menor participação nas transferências foram aquelas que obtiveram maior incremento no desenvolvimento humano. Constatou-se, ainda, que nos municípios com IDH-M baixo, as transferências – sejam da quota-parte do ICMS ou do FPM – promovem resultados mais eficazes na melhoria da qualidade de vidas das suas populações. Por outro lado, nos municípios com nível de IDH-M médio é evidente que são mais eficazes na melhoria da qualidade de vida de seus cidadão os recebimentos de aposentadoria e pensões pagas pelo INSS.</p>

Fonte: Adaptado de Santos, F. H. R. e Finger, A. B. (2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de associações entre variáveis explicativas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) vislumbra a possibilidade de ampliar o entendimento sobre o tema, e, conseqüentemente, fornecer ferramentas de gestão social aos municípios. Assim, as variáveis vinculadas à arrecadação municipal merecem ser estudadas, haja vista que representam as fontes de recursos em âmbito municipal que irão prover o atendimento das demandas sociais. Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar o estado da arte referente à associação entre variáveis vinculadas à arrecadação municipal e o IDH-M no contexto da produção científica brasileira.

Não resta dúvida da importância do IDH-M como métrica de comparação socioeconômica de diferentes pontos do Brasil, permitindo comparar regiões semelhantes e díspares. Além disso, considerando suas limitações e potencialidades, tal indicador goza de notória legitimidade social, política e institucional, segundo Jannuzzi (2009).

Apesar de necessário e promissor, poucos estudos foram realizados especificamente sobre o tema, o que denota que há pouco interesse em entender a relação de associação especificamente com o IDH-M e que, o conhecimento em âmbito brasileiro ainda é incipiente sobre o assunto. Entretanto, estudos como o de Rodrigues *et al.* (2008) demonstrou o interesse pelo uso de indicadores sintéticos alternativos, com periodicidade de

publicação inferiores ao IDH-M. Assim, indicadores como o IMRS e o IFDM, que são indicadores bianual e anual, respectivamente, podem oferecer a possibilidade de análises comparativas temporais pormenorizadas e em um intervalo de tempo bem menor sobre o desempenho social.

Ademais, frisa-se o uso de sistema de indicadores para estudo do tema realizado por Brunozi Júnior *et al.* (2011). Para Jannuzzi (2002, p. 5), o sistema de indicadores é “conjunto de indicadores sociais referidos a uma temática social específica, para análise e acompanhamento de políticas ou da mudança social”. Além do uso de indicadores consolidados na literatura, trabalhos como o de Schlindwein, Cardoso e Shikida (2014), utilizaram-se do Índice de Desenvolvimento Social, de criação da própria pesquisa.

Além da liberdade de verificar temas específicos de análise, trabalhos como o de Schlindwein, Cardoso e Shikida (2014) promovem a possibilidade de analisar variáveis não captadas pelos indicadores já construídos. Nesse ponto, como o IDH-M tem a concepção de desenvolvimento atinente apenas a três grandes áreas de análise, seu uso pode limitar os próprios objetivos, inferências e conclusões de pesquisas nas quais forem usados. Por outro lado, indicadores como o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) proporcionam análises de áreas temáticas que perpassam as realizadas pelo IDH-M, a exemplo do Esporte, Segurança Pública e Meio Ambiente. Sobre esse último tema, Orsi (2009) questiona se a aferição realizada por meio do IDH-M denota níveis precisos de desenvolvimento, enfatizando que além das áreas de “desenvolvimentos” (social, econômico e político), seria necessário analisar uma variável tão humana quanto às demais, a sustentabilidade ambiental.

O estudo mais antigo encontrado sobre a temática da pesquisa foi o realizado por Rezende, Slomski e Corrar (2005), demonstrando que os estudos têm concentração temporal nos últimos dez anos. Ademais, verificou-se que há uma concentração espacial de estudos nas regiões Sul e Sudeste do país, destacando-se os estados de Minas Gerais e Paraná. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste, que segundo o PNUD (2015), historicamente apresentaram os piores indicadores sociais, foram representadas apenas pela pesquisa de Gallo *et al.* (2012), realizada no estado do Pará. Esse fato potencializa as regiões Sul e Sudeste a manterem-se entre as com melhores indicadores, tendo em vista que tais estudos podem servir de instrumentos na análise da realidade social e em tomadas de decisão pelos gestores públicos municipais.

Em sua plenitude, os artigos encontrados se utilizaram de modelos estatísticos para observar relação de variáveis de maneira determinísticas, obtidas por meio de técnicas estatísticas de regressão multivariada. Segundo Brunozi Júnior *et al.* (2011), isso é motivado pela necessidade identificar associações e examinar influências que determinados fatores exercem ou parecem exercer sobre outros e que não são possíveis de serem analisadas apenas por meio da estatística descritiva, sendo a própria escolha do modelo estatístico um requisito fundamental de validade da pesquisa. Diante disso, sobre pesquisa dessas naturezas indaga-se: Qual modelo de regressão deve-se utilizar para o fenômeno que se pretende traduzir e na teoria que lhe está adjacente? Os princípios teóricos e os conhecimentos existentes são suficientes para indicar as variáveis susceptíveis e incluí-las como explicativas do modelo? Provavelmente estes questionamentos e suas possíveis respostas não esgotam o tema tendo em vista as contínuas transformações da sociedade.

Por fim, levando-se em consideração que a coleta de dados teve por escopo o IDH/IDH-M, sugere-se que sejam realizadas pesquisas futuras sobre o tema envolvendo

outros indicadores ou até mesmo a replicação dos trabalhos aqui abordados com uso de novas metodologias para ratificar os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma Gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*. Julho, 2000: 55-72. Trabalho apresentado ao Seminário “Moderna Gestão Pública”, patrocinado pelo INA – Instituto Nacional de Administração Pública. Lisboa, 30-31 de março, 2000.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- BRASIL. Lei Complementar 101 de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).
- BRASIL. Lei Ordinária 8.987 de 1995. (Lei de Concessões).
- BRUNOZI JÚNIOR, Antônio Carlos et al. Efeitos das Transferências Intergovernamentais e Arrecadação Tributária sobre os Indicadores Sociais da Saúde e Educação em Minas Gerais. *RIC - Revista de Informação Contábil* - ISSN 1982-3967 - Vol. 5, no 2, p. 99-121, Abr-Jun/2011.
- CAMPELLO, Carlos Alberto Gabrielli Barreto. Eficiência municipal: um estudo no estado de São Paulo. 2003. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-30112005-104119/>>. Acesso em: 2016-01-17.
- CROZATTI, Jaime, COELHO, Fernando de Souza, SILVA Victor Corrêa. Para onde vai o dinheiro público? Casos de discrepância entre receita corrente per capita e desenvolvimento municipal no Brasil. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. 2015.
- CWUR-Center for World University Rankings. [Cwur.org](http://www.cwur.org). 2016.
- ENSSLIN et al., L. Evidenciação do estado da arte do tema Balanced Scorecard no setor de E-Commerce. *Revista Organizações em Contexto*, v. 10, n. 20, p. 343-370, Julho-Dezembro, 2014. 28 página(s).
- GALLO, Mauro Fernando et al. A Distribuição da Arrecadação do ICMS no Estado do Pará e o Comportamento do IDH-M. *UNOPAR Científica jurídica e Empresariais*. Londrina, v. 13, n. 1, p. 123-132, Mar. 2012.
- GOUVEA, M. A., FARINA, M. C. e VERELA, P. S. Avaliação de Indicadores Socioeconômicos dos Grupos 1 e 5 de Municípios Paulistas com o Uso da Análise de Regressão Logística. *A Economia em Revista* Volume 17 Número 1 Julho de 2009.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 36(1):51-72, Jan./Fev. 2002.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais na Gestão Pública. Curso de Pós-graduação em Gestão Pública. Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Universidade aberta do Brasil. 2009.
- MASSARDI, W. O. ; ABRANTES, L. A. . Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: Um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. *Rege Revista de Gestão*, v. 22, p. 295-314, 2015.
- MOURA, F. A.; SAUER, L. Reflexões sobre a metodologia de construção do IDH e suas implicações quantitativas. *Desafio: Revista de Economia e Administração*. Campo Grande. v. 10, n. 20, p. 114-128, jan./abr. 2009.

ORSI, Rafael Alves. Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar? 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2009.

<http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/163462>. Acesso: 2015-12-04.

(PNUD) Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil, (IPEA) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e (FJP) Fundação João Pinheiro. Série Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. 2013.

PNUD – Programa das nações Unidas Para o Desenvolvimento. O que é o IDH. 2015.

REZENDE, A. J. , SLOMSKI, V. e CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005.

RODRIGUES, Ana Cristina Miranda et al. Análise dos Indicadores Socioeconômicos dos Municípios mineradores e não-mineradores do estado de Minas Gerais. Revista de C. Humanas, Vol. 8, Nº 1, p. 51-68, Jan./Jun. 2008.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2011.

SALES, Jó Bezerra de. Transferências Intergovernamentais: a desigualdade na repartição da cota-parte do ICMS no Pará - 1998 a 2008. Tópicos Especiais de Finanças Públicas – 3º lugar STN – Secretaria do Tesouro Nacional. 2010.

SALM, José Francisco. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 42-44.

SANTOS, H. R. ; FINGER, A. B. Capacidade absorptiva: um olhar sobre a produção Científica brasileira. XXXIX EnANPAD. Belo Horizonte (MG). 13 a 16 de setembro de 2015.

SCARPIN, J. E. e BOFF, M. L. Relações entre os Indicadores de Renda per capita e a Esperança de Vida ao Nascer nos Municípios dos estados da Região Sul do Brasil: um estudo empírico. Revista Alcance – Eletrônica, v. 15, nº 02. ISSN 1983-716X, UNIVALI. pág. 262 – 283, mai/ago. 2008.

SCARPIN, J. E. e SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 41(5):909-33, Set./Out. 2007.

SCARPIN, J. E. e SLOMSKI, V. Contabilidade Pública como instrumento de previsão do Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão Renda para os municípios do Estado do Paraná. ABCustos Associação Brasileira de Custos - Vol. 1 nº 1 - set/dez 2006.

SCHLINDWEIN, C. M. CARDOSOS, B. F. e SHIKIDA, P. F. A. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 6, n. 3, p. 361-375, set./dez. 2014

SILVA, A. A. P. Análise Crítica da Utilização do IDH-M como Critério de Alocação de Recursos para Habitação. XXXIII ENCONTRO da ANPAD. 2009.

SOARES, M. , GOMES, E. C. O. e FILHO, J. R. T. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 45(2):459-81, mar./abr. 2011.

VEIGA, J. E. Problemas do uso ingênuo do IDH-M. Valor, 14 jan. 2003.

VELOSO, J. F. A. As transferências intergovernamentais e o esforço tributário municipal: uma análise do fundo de participação dos municípios (FPM). 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.

¹Tal Princípio é corolário do Princípio do Federalismo e conjuga-se com a repartição de competências de cada ente político da federação.

²A Lei 8.978/1995 (Lei de Concessões) define serviço público adequado como aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

³Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. É um imposto de competências dos estados membros da Federação, conforme o texto Constitucional.

⁴PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país.

⁵O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo.

⁶PNUD (Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FJP (Fundação João Pinheiro).

⁷O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas.

⁸Adaptações foram realizadas com as seguintes dimensões, dentre outras: liberdade política, meio ambiente, segurança e trabalho. Gâmbia, Argentina, China, Índia, África do Sul e Letônia estão entre os países que adaptam o IDH. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998.

⁹A compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM – foi fixada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no §1º do art. 20, e instaurada por meio da Lei nº 7.990 de 28/12/1989. Os municípios mineradores recebem parcela dessa compensação pela exploração de minérios em seus territórios.

¹⁰Lei complementar brasileira nº 87/1996. Segundo a lei, União deve compensar perdas decorrentes da desoneração do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de produtos primários e semimanufaturados remetidos ao exterior.

¹¹O FPM é constituído por 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação do Imposto de Renda e Provento de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

¹²Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

¹³Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cuja Constituição estabeleceu competências aos estados e ao Distrito Federal.

¹⁴Imposto a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União.

¹⁵Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, de competência da União.

¹⁶Imposto sobre Produtos Industrializados, de competência da União.

¹⁷Contribuição de Intervenção no Domínio econômico, de competência da União.

¹⁸ IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, cuja instituição é de competência é privativa dos municípios, conforme o inciso I do art. 156 da constituição Federal.